



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2025

(Do Sr. Deputado Tadeu Veneri)

Requer a realização de Audiência Pública destinada à discussão sobre os Impactos das Altas Coparticipações e da Crise no Financiamento Estudantil.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência a realização de Audiência Pública destinada à discussão sobre os Impactos das Altas Coparticipações e da Crise no Financiamento Estudantil.

Data sugerida: A realização da audiência pública deve ocorrer na primeira quinzena de julho para que seja possível a participação dos estudantes devido o calendário de férias.

Indicamos a oitiva dos seguintes convidados:

Ministério da Educação (MEC) – Como principal gestor das políticas de acesso e permanência no ensino superior.

Ministério da Economia – Para discutir as possibilidades orçamentárias e os impactos econômicos de uma reestruturação no financiamento estudantil.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) – Para esclarecimentos sobre os repasses e o funcionamento do FIES.

Ministério da Saúde – Representando os estudantes da área da saúde e a intersecção entre saúde mental e vulnerabilidade social.

Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) – Para discutir políticas de proteção social, segurança alimentar e combate à pobreza que impactam diretamente a permanência estudantil.

Representante do Comitê Gestor do FIES - Para esclarecimentos sobre os repasses e o funcionamento do FIES.

União Nacional dos Estudantes (UNE) – Como principal entidade representativa do movimento estudantil nacional.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Representantes estudantes afetados – Para apresentar os impactos concretos e reais da atual política de coparticipação.

JUSTIFICAÇÃO

O acesso ao ensino superior no Brasil tem sido historicamente marcado por desigualdades socioeconômicas. Para mitigar essas desigualdades, o Estado desenvolveu mecanismos como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), o Programa Universidade para Todos (ProUni), e o auxílio estudantil em instituições públicas. No entanto, nos últimos anos, esses programas vêm sofrendo com cortes orçamentários, aumento das coparticipações por parte dos estudantes, o que compromete o direito à educação garantido pela Constituição Federal.

Estudantes de todo o país relatam dificuldades crescentes para arcar com as coparticipações exigidas, especialmente em cursos de Medicina, onde há necessidade de materiais específicos, estágios obrigatórios não remunerados e carga horária elevada. A elevação da coparticipação — muitas vezes acima das possibilidades econômicas dos estudantes e suas famílias — compromete não só a permanência nos cursos, mas também a saúde mental e a qualidade de vida dos discentes.

Além disso, a precarização da permanência estudantil se acentua em grupos historicamente vulneráveis, como estudantes negros, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência e de baixa renda.

Por esse motivo, é imprescindível debater esse tema.

Sala das Sessões, em 19 de maio de 2025.

Tadeu Veneri

Deputado Federal PT-PR

